

Edição 2025

Alfabetização na Idade Certa na América Latina

Da tragédia silenciosa à mobilização continental

*Organização: David Saad, Diretor-Presidente
do Instituto Natura para a América Latina*



Sumário

3 APRESENTAÇÃO

PARTE I – O PROBLEMA E A JANELA DE OPORTUNIDADE

6 Capítulo 1 – Por que a alfabetização na idade certa destrava todo o sistema educacional

9 Capítulo 2 – Da tragédia silenciosa à mobilização continental

PARTE II – PAÍSES EM MOVIMENTO

15 Capítulo 3 – Brasil: da dispersão à política de Estado

20 Capítulo 4 – Argentina: federalismo, províncias e reconstrução da agenda

25 Capítulo 5 – México: currículo robusto, novo impulso nacional e escala estadual

29 Capítulo 6 – Chile: articulação social e foco em aprendizagem leitora

33 Capítulo 7 – Peru: uma agenda em formação

38 Capítulo 8 – Colômbia: reorganização institucional e força territorial

42 Capítulo 9 – Um quadro de referência para a agenda de alfabetização

44 Conclusão – Um divisor de águas para a América Latina

APRESENTAÇÃO

Este ebook reúne, organiza e aprofunda uma série de artigos publicados ao longo de 2025 sobre alfabetização na idade certa na América Latina, por David Saad e Karina Stocovaz. Os textos nasceram como intervenções públicas — artigos analíticos, reflexões estratégicas e leituras comparadas — motivadas por um mesmo diagnóstico: a alfabetização inicial deixou de ser um problema periférico e passou a ocupar o centro das agendas educacionais em diversos países da região.

Ao longo da última década, a educação básica dos países latino-americanos foi marcada por múltiplas agendas concorrentes: expansão do acesso ao Ensino Médio, reformas curriculares, inovação tecnológica, formação docente, avaliação em larga escala, equidade racial e social. Todas essas agendas são relevantes. No entanto, muitas delas avançaram sem enfrentar de maneira direta e estruturada o principal gargalo do sistema educacional: o fato de que uma parcela significativa das crianças não aprende a ler e escrever no tempo adequado.

“Alfabetizar todas as crianças na idade certa é a intervenção com, talvez, o maior potencial de impacto sistêmico na educação”

O objetivo desta publicação é evidenciar um movimento regional mais amplo: uma mudança de entendimento sobre o papel da alfabetização como política estruturante do desenvolvimento educacional, social e econômico.

A tese central é que alfabetizar todas as crianças na idade certa é a intervenção com, talvez, o maior potencial de impacto sistêmico na educação e abriu-se uma janela de oportunidade para solucionarmos essa questão como região. Quando essa agenda ganha prioridade política, clareza técnica e capacidade de implementação, ela passa a impactar todo o sistema, resultando em melhorias em toda a trajetória escolar com consequente melhoria de indicadores socioeconômicos para o indivíduo e para o país.



PARTE I

O PROBLEMA E A JANELA DE OPORTUNIDADE

Capítulo 1 – Por que a alfabetização na idade certa destrava todo o sistema educacional

A discussão educacional, no Brasil e na América Latina, costuma se concentrar nas etapas finais da trajetória escolar. Ensino médio, ensino superior, empregabilidade, produtividade e renda aparecem como os grandes temas do debate público. Essa lógica é compreensível: são essas etapas que estão mais próximas dos desafios da vida adulta e dos indicadores econômicos e sociais que preocupam governos e sociedades.

No entanto, essa forma de olhar para o sistema educacional produz um efeito colateral relevante. Temas ligados aos primeiros anos da escolarização — em especial a alfabetização — tendem a ser vistos como problemas menores, quase como questões “de criança”, com pouco impacto sobre os grandes desafios estruturais dos países. Nada poderia estar mais distante da realidade.

A alfabetização na idade certa é o principal fator estruturante de todo o sistema educacional. Evidências acumuladas ao longo de décadas mostram que aprender a ler e compreender textos nos primeiros anos do ensino fundamental é condição necessária para o aprendizado futuro em todas as áreas do conhecimento. Quando essa etapa falha, o sistema passa a operar permanentemente em modo de remediação, acumulando déficits que se agravam ao longo do tempo.



Estudos que analisam trajetórias educacionais deixam isso claro. Crianças que não se alfabetizam adequadamente até o final do 2º ou 3º ano do ensino fundamental têm probabilidade muito menor de alcançar níveis mínimos de aprendizagem no ensino fundamental II, no ensino médio e, posteriormente, no ensino superior. O resultado é um funil educacional severo, no qual apenas uma pequena parcela dos estudantes consegue concluir a educação básica com aprendizagem adequada.

“A alfabetização na idade certa deve ser entendida como o ponto de partida de qualquer estratégia séria de transformação educacional”

No Brasil, por exemplo, análises recentes mostram que o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa funciona, na prática, como um teto máximo para indicadores mais avançados, como o Índice de Inclusão Educacional (IIE). Se cerca de 60% das crianças aprendem a ler no tempo adequado, é ilusório imaginar que 70% ou 80% dos jovens concluirão o ensino médio com aprendizagem básica. O gargalo inicial limita todo o sistema.

Esse padrão não é exclusivo do Brasil. Em diferentes países da América Latina, observa-se a mesma dinâmica: **déficits de alfabetização inicial se propagam ao longo da vida escolar**, ampliando desigualdades, aumentando reprovações, elevando taxas de evasão e reduzindo drasticamente o retorno social dos investimentos educacionais realizados nas etapas posteriores.

Por isso, alfabetizar bem e na hora certa não é apenas uma política educacional entre muitas outras. Trata-se de uma política de equidade, porque reduz desigualdades desde o início da trajetória escolar;



Capítulo 2 – Da tragédia silenciosa à mobilização continental

Durante muitos anos, uma parte central da crise educacional latino-americana foi descrita por pesquisadores e especialistas como uma **“tragédia silenciosa”**. Silenciosa porque, apesar de seus efeitos profundos, raramente ocupava o centro do debate público ou das prioridades políticas. Trágica porque significava que quatro ou cinco em cada dez crianças não aprendiam a ler e escrever no tempo esperado, carregando esse déficit ao longo de toda a vida escolar e adulta.

Essa tragédia era silenciosa também porque seus efeitos não se manifestavam de forma imediata. Diferentemente de crises econômicas ou sanitárias, a falha na alfabetização inicial não gera colapso instantâneo. Ela se acumula lentamente, ano após ano, produzindo reprovações, abandono escolar, baixos níveis de aprendizagem, desigualdades persistentes e, no limite, menores oportunidades de vida.

Nos últimos anos, porém, essa narrativa começou a mudar. Um marco importante dessa mudança foi a consolidação do conceito de **pobreza de aprendizagem**, proposto pelo Banco Mundial. O indicador mede a proporção de crianças de 10 anos incapazes de ler e compreender um texto simples, combinando informações de escolarização e proficiência mínima em leitura. Ao fazer isso, ele traduziu um problema complexo em uma métrica clara, comparável e comunicável.

“A falha na alfabetização inicial não gera colapso instantâneo. Ela se acumula lentamente, ano após ano”

Em 2022, as estimativas mostraram que cerca de sete em cada dez crianças de países de baixa e média renda estavam em situação de pobreza de aprendizagem. O dado teve forte impacto político e simbólico. Ele evidenciou que o problema da educação não era apenas de acesso à escola, mas de aprendizagem efetiva — e que a alfabetização inicial era o núcleo desse desafio.



A introdução desse conceito tem possibilidade de gerar, e de alguma forma já está gerando, três efeitos relevantes na América Latina. Primeiro, ajudar a deslocar o debate educacional do acesso para a aprendizagem. Segundo, criar uma linguagem comum entre governos, organismos internacionais, pesquisadores e sociedade civil. Terceiro, tornar mais difícil ignorar o problema: a alfabetização deixou de ser uma questão técnica restrita aos primeiros anos e passou a ser vista como um indicador estratégico de desenvolvimento.

A partir daí e de muitas outras iniciativas da sociedade civil e do setor público, a **alfabetização na idade certa começou a ganhar centralidade política** em vários países da região. Em vez de programas dispersos ou iniciativas isoladas, passou-se a discutir políticas nacionais, metas explícitas, avaliações específicas e mecanismos de cooperação entre níveis de governo.

Brasil e Argentina são exemplos emblemáticos desse movimento. Ambos os países instituíram políticas nacionais de alfabetização, pactuadas com estados ou províncias, criaram avaliações específicas para os primeiros anos e passaram a monitorar resultados de forma sistemática. Mais importante: a alfabetização deixou de ser apenas um tema pedagógico e passou a integrar o núcleo das decisões políticas educacionais.

Em paralelo, outros países avançaram por caminhos distintos, mas convergentes. No Chile, a mobilização da sociedade civil impulsionou compromissos nacionais em torno da aprendizagem leitora. No México, uma combinação entre currículo, políticas estaduais e novo impulso nacional começou a reorganizar a agenda.



Na Colômbia e no Peru, redes da sociedade civil e iniciativas territoriais passaram a criar capacidade local e a pressionar por maior coordenação nacional.

“Em vez de programas dispersos ou iniciativas isoladas, passou-se a discutir políticas nacionais, metas explícitas, avaliações específicas e mecanismos de cooperação entre níveis de governo”

Um elemento comum a esse processo é o **papel ampliado da sociedade civil**. Diferentemente de ciclos anteriores de reforma educacional, as organizações da sociedade civil não se limitaram à incidência política ou à produção de diagnósticos. Elas passaram a atuar também no apoio direto à implementação das políticas, e não de projetos autorais, trabalhando junto a governos nacionais, estados, províncias e municípios.

Essa atuação em duas frentes — incidência e apoio à implementação — tem se revelado especialmente poderosa. De um lado, a incidência ajuda a manter a alfabetização no centro do debate público, protegendo a agenda de oscilações conjunturais. De outro, o apoio à implementação reduz a distância entre formulação e execução, fortalecendo capacidades técnicas e administrativas nos territórios.

O resultado desse movimento é uma mudança qualitativa na forma como a alfabetização é tratada na região. O que antes era visto como um problema difuso e de baixa visibilidade começa a se consolidar como uma agenda estratégica, com metas, indicadores, responsabilidades claras e articulação entre diferentes atores.

Mais do que uma soma de iniciativas nacionais, o que se observa é o que pode ser o início de uma **mobilização continental**. Uma convergência rara, sustentada por evidências, linguagem comum, políticas públicas emergentes e uma sociedade civil ativa e articulada. Essa mobilização ainda está em construção, mas seus primeiros sinais já indicam um potencial transformador significativo.

PARTE II

PAÍSES EM MOVIMENTO



Capítulo 3 – Brasil: da dispersão à política de Estado

Nos últimos anos, o Brasil passou a viver uma transformação silenciosa, porém profunda, na agenda de alfabetização. Depois de décadas marcadas por iniciativas dispersas, programas descontinuados e baixa coordenação federativa, o país começou a construir uma política nacional estruturada, com metas claras, instrumentos de monitoramento consistentes e um pacto sólido entre União, estados e municípios.

Essa mudança não ocorreu por acaso. Ela é resultado de um longo processo de aprendizado institucional, de acumulação de evidências e de crescente pressão social e política para enfrentar um problema que se tornou impossível de ignorar: o fato de que uma parcela expressiva das crianças brasileiras não aprendia a ler e escrever no tempo adequado.

O marco dessa transformação é o **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)**, instituído em 2023 e transformado em política de Estado em 2025. O CNCA representa uma inflexão importante na forma como o Brasil trata a alfabetização inicial, ao combinar três elementos que historicamente estiveram dissociados: metas explícitas, avaliação sistemática e incentivos à implementação.

Metas claras e foco no aprendizado

O CNCA estabeleceu como objetivo central garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental e recompor aprendizagens nos anos seguintes. Para tornar esse objetivo operacional, o país instituiu o **Indicador Criança Alfabetizada (ICA)**, com a meta nacional de alcançar pelo menos **80% de crianças alfabetizadas até 2030**, além de metas específicas para estados e municípios.

A existência de um indicador claro, público, comparável entre redes e no tempo, representa uma mudança relevante no debate educacional brasileiro. Ao traduzir a alfabetização em um número comunicável e monitorável, o ICA ajudou a transformar uma discussão pedagógica em uma agenda política concreta, capaz de mobilizar gestores, lideranças e a sociedade em geral.

Avaliação anual e cooperação federativa

Outro pilar central do CNCA é o caminho escolhido para a avaliação anual censitária. Diferentemente de modelos anteriores, o Brasil optou por construir a avaliação em colaboração com os estados, aproveitando as avaliações estaduais já existentes, mas estabelecendo critérios nacionais comuns. Essa estratégia fortaleceu o regime de colaboração e aumentou a legitimidade do processo.

A avaliação anual permite acompanhar o progresso de cada rede de ensino com dados comparáveis, identificar avanços e gargalos e orientar decisões de política pública. Mais do que medir resultados, ela passou a funcionar como um instrumento de gestão, aprendizagem institucional e responsabilização.

Os primeiros resultados indicam que o país está no caminho certo. Entre 2023 e 2024, o Brasil registrou um crescimento de **3 pontos percentuais** no ICA, alcançando **59,2% de crianças alfabetizadas**, o maior valor da série histórica e o segundo aumento consecutivo desde a pandemia.



Incentivos, reconhecimento e cultura de implementação

O CNCA também inovou ao incorporar mecanismos explícitos de incentivos e reconhecimento. Governadores e prefeitos passaram a ser reconhecidos publicamente tanto pela boa implementação das políticas quanto pelos avanços nos resultados. Esse reconhecimento ocorre em diferentes esferas, envolvendo o governo federal, o Congresso Nacional e entidades da sociedade civil.

Além disso, estados e municípios passaram a adotar seus próprios mecanismos de incentivo, incluindo premiações para redes, escolas e professores. Essa combinação ajudou a fortalecer uma cultura de implementação, na qual o foco deixa de ser apenas a adesão formal a programas e passa a ser a execução efetiva das políticas.

O papel da sociedade civil

A consolidação da agenda brasileira de alfabetização também teve a participação da sociedade civil.

A **Aliança pela Alfabetização**, formada pelo Instituto Natura, pela Fundação Lemann e pela Associação Bem Comum, além de outras organizações parceiras, apoia atualmente **18 estados**, que concentram cerca de **70% das matrículas** na fase de alfabetização. Seu trabalho combina apoio ao desenho das políticas, fortalecimento da capacidade de implementação, acompanhamento técnico e produção de evidências.



Em paralelo, organizações como o **Todos Pela Educação** desempenham papel central na incidência pública, articulando governos, mídia e sociedade em torno de uma agenda mais ampla de melhoria da educação básica. A alfabetização ocupa posição importante nesse debate, concretizado na agenda do Educação Já!.

Essa divisão de papéis — com organizações apoiando diretamente a implementação e outras atuando mais fortemente na incidência — tem se mostrado uma das forças do caso brasileiro. Ela ajuda a sustentar a prioridade política da alfabetização ao mesmo tempo em que amplia a capacidade técnica das redes de ensino.

Centralidade política e consolidação institucional

Hoje, a alfabetização na idade certa está entre as prioridades declaradas do Ministério da Educação e da maioria dos governos estaduais. A divulgação dos resultados do ICA recebe ampla cobertura da mídia, com participação direta de governadores e até do presidente da República.

Mais importante do que os avanços pontuais é o que começa a se consolidar na cultura política e institucional do país: a convicção de que alfabetizar todas as crianças na idade certa é possível — e essencial.

Essa convicção, quando combinada com políticas estruturadas, avaliações regulares e colaboração federativa, cria as condições para avanços sustentáveis.

O caso brasileiro mostra que é possível transformar a alfabetização de uma agenda fragmentada em uma **política de Estado**, com continuidade, escala e impacto. Trata-se de um processo ainda em curso, com desafios importantes pela frente, mas que já oferece aprendizados valiosos



Capítulo 4 – Argentina: federalismo, províncias e reconstrução da agenda

A Argentina vive um momento particularmente relevante na reorganização de sua agenda de alfabetização. Após anos marcados, como na maioria dos demais países da América Latina, por iniciativas fragmentadas, baixa coordenação nacional e ausência de critérios comuns, o país começou a estruturar uma política que recoloca a alfabetização inicial no centro das prioridades educacionais. Esse movimento ocorre em um contexto desafiador, considerando a heterogeneidade territorial e recorrentes descontinuidades de políticas públicas.

Um dos pontos de inflexão desse processo foi a criação, em 2024, do **Plan Nacional de Alfabetización**, instituído pelo Decreto 579/2024. O plano estabeleceu diretrizes e ações prioritárias no âmbito da Secretaria de Educação do Ministério de Capital Humano, criando um marco nacional explícito para a agenda de alfabetização. Mais do que um programa isolado, o plano passou a funcionar como um eixo organizador dos esforços nacionais e provinciais

Federalismo e protagonismo das províncias

Um dos traços mais marcantes do caso argentino, assim como no caso do Brasil, é o protagonismo das entidades subnacionais, as províncias. O avanço da alfabetização inicial não apenas só é possível se as províncias assumirem o papel ativo na formulação e execução das políticas locais, como algumas delas assumiram esse compromisso antes dessa articulação nacional, inclusive influenciando para que a articulação ocorresse.

Esse movimento começou a se materializar quando **todas as jurisdições argentinas apresentaram seus planos provinciais de alfabetização no Conselho Federal de Educação**. Esse passo teve importância simbólica e prática. Simbólica porque sinalizou alinhamento político em torno da agenda; prática porque criou condições para estruturar ações concretas, equipes técnicas, formações docentes e estratégias de acompanhamento nos territórios.

As províncias passaram a liderar a implementação, adaptando diretrizes nacionais às suas realidades locais. Em um país marcado por profundas desigualdades regionais, essa flexibilidade é essencial. Ao mesmo tempo, o marco nacional ajudou a criar uma linguagem comum e a reduzir a dispersão de esforços.



Avaliação e construção de capacidades

No campo da avaliação, a Argentina avançou ao incorporar, a partir de 2024, um **módulo de alfabetização na avaliação nacional Aprender**, aplicado de forma amostral e representativa em todas as províncias. Embora ainda existam incertezas quanto à continuidade e comparabilidade desse instrumento ao longo do tempo, sua inclusão representou um passo importante para dar visibilidade ao tema e orientar intervenções.

Além da avaliação nacional, começam a surgir iniciativas provinciais mais específicas. Em algumas jurisdições, especialmente aquelas apoiadas pela sociedade civil, foi implementada a **avaliação de fluência leitora ao final do 2º ano do ensino fundamental**. Esse tipo de instrumento permite um acompanhamento mais ágil do progresso das crianças e fornece informações valiosas para a gestão pedagógica.

Há também indícios iniciais de avanço em resultados locais. Em Salta, por exemplo, observou-se melhora entre 2022 e 2023 em um grupo comparável de escolas. Em Entre Ríos e novamente em Salta, novas melhorias foram registradas entre 2023 e 2024, agora em um conjunto mais amplo de unidades escolares. Embora esses resultados ainda não permitam conclusões generalizáveis, eles indicam que a combinação entre política provincial, avaliação e acompanhamento começa a produzir efeitos.



Sociedade civil como articuladora e guardiã da agenda

Assim como no Brasil, a sociedade civil desempenha papel importante na agenda argentina de alfabetização. A Alianza por la Alfabetización, formada pelo Instituto Natura, Fundación Pérez Companc, GDFE, Banco Galicia, Fundación Bemberg, Fundación Arcor e OEI, apoia diversas províncias no desenho e na implementação de suas políticas de alfabetização.

O trabalho da Aliança combina colaboração técnica, acompanhamento da implementação e fortalecimento das equipes provinciais. Esse apoio é particularmente relevante em um contexto de capacidades institucionais desiguais, no qual muitas jurisdições enfrentam limitações técnicas e operacionais.

Em paralelo, organizações como **Argentinos por la Educación** têm desempenhado papel decisivo na incidência pública. Por meio da produção e disseminação de dados, relatórios comparáveis e iniciativas de reconhecimento, essas organizações ajudam a manter a alfabetização no centro do debate nacional, reduzindo o risco de que a agenda perca prioridade diante de mudanças políticas ou conjunturais.

Uma agenda em consolidação

Apesar dos avanços, a agenda argentina de alfabetização ainda enfrenta desafios importantes. O país precisa avançar na definição de critérios nacionais claros sobre o que significa estar alfabetizado, estabelecer metas explícitas de melhoria e criar mecanismos sistemáticos de incentivo e reconhecimento.

Ainda assim, o movimento em curso é consistente. A combinação entre um marco nacional recente, protagonismo provincial, avaliações em expansão e uma sociedade civil articulada cria condições favoráveis para que a alfabetização na idade certa se consolide como política pública relevante e sustentável.

O caso argentino ilustra como é possível avançar em contextos federativos complexos, desde que exista alinhamento político mínimo, clareza de prioridades e apoio técnico aos territórios. Trata-se de uma agenda ainda em construção, mas que já apresenta sinais claros de mobilização e potencial de aprofundamento nos próximos anos.



Capítulo 5 – México: currículo robusto, novo impulso nacional e escala estadual

O México vive um momento particularmente interessante em sua agenda de alfabetização. Diferentemente de outros países da região, o avanço mexicano não se deu inicialmente por meio de uma política nacional explícita focada em alfabetização inicial. O caminho foi mais gradual e, em certa medida, inverso: primeiro, a construção de uma base curricular robusta; depois, o fortalecimento de iniciativas estaduais; e, mais recentemente, a consolidação de um novo impulso nacional que começa a organizar e dar coerência a esses esforços.

Esse movimento responde a um diagnóstico cada vez mais explícito. Dados recentes da **Comisión Nacional para la Mejora Continua de la Educación (Mejoredu)** mostraram que, no ciclo escolar 2023–2024, **uma em cada três crianças do 3º ano apresentava dificuldades graves de compreensão leitora, e que mais da metade não conseguia identificar informações básicas em textos.** Esses números tornaram incontornável a necessidade de agir de forma mais estruturada nos primeiros anos do ensino fundamental.



A Nueva Escuela Mexicana como base curricular

Um dos pilares centrais da agenda mexicana é a **Nueva Escuela Mexicana (NEM)**. A reforma curricular reposicionou leitura e escrita como práticas sociais fundamentais e eixos estruturantes da aprendizagem. Ainda que a NEM, por si só, não configure uma política específica de alfabetização inicial, ela criou um marco pedagógico ambicioso, no qual a linguagem ocupa lugar central desde os primeiros anos.

Esse reposicionamento curricular foi um passo relevante. Ele ajudou a alinhar discursos, materiais e formações docentes em torno da importância da leitura e da escrita, criando condições para que políticas mais específicas pudessem ser implementadas posteriormente.

O novo impulso nacional: o Programa Sectorial de Educación

Em 2025, a agenda ganhou novo fôlego com a apresentação do **Programa Sectorial de Educación (PSE) 2025–2030**, elaborado pela Secretaría de Educación Pública (SEP). O PSE representa uma mudança qualitativa importante ao colocar explicitamente a alfabetização entre as prioridades do sistema educativo mexicano.

O programa reconhece que a alfabetização inicial é a base sobre a qual se constroem todos os demais aprendizados e propõe ações voltadas à sala de aula, à formação docente e ao acompanhamento das aprendizagens. Além disso, alinha a agenda educacional mexicana aos compromissos do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4)**, reforçando a centralidade da aprendizagem ao longo da vida.

Ainda que o PSE não resolva, de imediato, todos os desafios — como a ausência de um indicador nacional específico de alfabetização inicial — ele cumpre um papel decisivo: transforma a alfabetização em prioridade política declarada e cria um marco nacional que pode organizar esforços dispersos.

A força das iniciativas estaduais

Antes mesmo do novo impulso nacional, diversos estados mexicanos já vinham implementando iniciativas voltadas à leitura e à escrita nos primeiros anos. Essas ações foram desenvolvidas com apoio de organismos internacionais, como a **Unesco**, e de fundações nacionais e internacionais, entre elas Fundación Coppel, Instituto Natura, Fundación Compartamos, Kellogg Foundation e Promotora Social México.

Esses programas estaduais têm mostrado que o avanço sustentável nasce da sala de aula, da formação contínua de professores e do acompanhamento próximo das escolas. Estimativas recentes indicam que essas iniciativas já beneficiaram **cerca de 1,2 milhão de estudantes, 56 mil docentes e 21 mil escolas públicas**.

Mais do que os números, esse movimento começou a criar capacidade local. Estados passaram a desenvolver equipes técnicas, a experimentar metodologias baseadas em evidências e a produzir aprendizados que agora podem ser escalados no contexto do PSE.





Uma agenda em consolidação

O México ainda enfrenta desafios importantes. O país precisa avançar na definição de um **indicador nacional específico de alfabetização**, estabelecer metas claras de melhoria e estruturar um sistema regular de monitoramento dos primeiros anos do ensino fundamental.

No entanto, os sinais são positivos. O país reúne hoje elementos fundamentais para o avanço da agenda: um currículo que reconhece a centralidade da linguagem, políticas estaduais em expansão, cooperação internacional ativa e, agora, um programa setorial que coloca a alfabetização no centro das prioridades nacionais.

O caso mexicano mostra que não há um único caminho para fortalecer a alfabetização na idade certa. A trajetória do país evidencia como reformas curriculares, iniciativas territoriais e impulso político nacional podem, juntos, formar um ecossistema mais coerente e promissor.

A direção está traçada. Os próximos anos serão decisivos para transformar esse conjunto de esforços em resultados consistentes e duradouros para as crianças mexicanas.



Capítulo 6 – Chile: articulação social e foco em aprendizagem leitora

O Chile ocupa uma posição particular na mobilização latino-americana em torno da alfabetização. Diferentemente de países que avançaram a partir de políticas nacionais ou subnacionais explícitas ou de grandes reformas curriculares recentes, o caso chileno se destaca pelo papel central da **sociedade civil como motor da agenda**, articulando diferentes atores em torno de um objetivo comum: garantir que todas as crianças aprendam a ler e compreender textos nos primeiros anos do ensino fundamental.

Essa característica não significa ausência de políticas públicas ou de atuação estatal. Pelo contrário. O interessante foi a forma como a agenda de alfabetização foi construída e ganhou tração: por meio de uma articulação social ampla, capaz de influenciar prioridades governamentais, engajar territórios e criar consenso público em torno da centralidade da aprendizagem leitora.

O Compromiso Nacional por el Aprendizaje Lector

O principal símbolo desse movimento é o **Compromiso Nacional por el Aprendizaje Lector**, impulsionado pela rede **Por un Chile que Lee**. Trata-se de uma iniciativa que reúne organizações da sociedade civil, universidades, organismos internacionais e atores governamentais em torno de metas claras para a leitura compreensiva ao final dos primeiros anos da escolaridade.

O compromisso estabelece como horizonte o ano de 2030 e busca alinhar esforços em diferentes frentes: práticas pedagógicas baseadas em evidências, formação docente, produção e disseminação de materiais, acompanhamento das aprendizagens e mobilização pública em torno do tema.

Mais do que um programa específico, o Compromiso funciona como um **marco de coordenação**. Ele cria linguagem comum, define prioridades e ajuda a manter o foco na aprendizagem leitora em um sistema educacional marcado por múltiplas demandas e reformas simultâneas.

Em 2025, a rede **Por un Chile que Lee** conseguiu que todos os candidatos à presidência tornassem público seu compromisso com o tema da Alfabetização.

Centralidade da leitura e aprendizagem ao longo da vida

No Chile, a leitura é compreendida não apenas como uma habilidade instrumental, mas como base para a aprendizagem ao longo da vida. Essa visão dialoga com evidências internacionais e com a tradição chilena de valorização de avaliações e resultados educacionais.

Ao colocar a aprendizagem leitora no centro do debate, o país reforça a ideia de que a alfabetização inicial é condição necessária para o sucesso escolar posterior e para a redução das desigualdades educacionais.

Avaliação e limites institucionais

Apesar da força da mobilização social, o Chile ainda enfrenta desafios importantes no campo da avaliação específica da alfabetização inicial. O país conta com sistemas consolidados de avaliação educacional, mas ainda não dispõe de instrumentos nacionais recorrentes e específicos para monitorar, de forma sistemática, a alfabetização ao final do 2º ano do ensino fundamental.

Essa lacuna não invalida os avanços, mas aponta para um limite estrutural da agenda atual. A ausência de indicadores claros e comparáveis dificulta o acompanhamento do progresso ao longo do tempo e a definição de metas explícitas para redes e escolas.

Ao mesmo tempo, a discussão sobre avaliação vem ganhando espaço no interior da própria mobilização social. Organizações envolvidas no Compromiso têm contribuído para difundir instrumentos de acompanhamento da fluência e da compreensão leitora, além de fomentar o debate sobre a importância de dados para orientar políticas públicas.



Sociedade civil como força estruturante

O caso chileno ilustra, de forma particularmente clara, o potencial da sociedade civil como força estruturante de políticas educacionais. A rede *Por un Chile que Lee* atua como articuladora, conectando evidências, práticas pedagógicas, formação docente e incidência pública.

Essa atuação contribui para reduzir a fragmentação típica de sistemas educacionais complexos e ajuda a proteger a agenda de alfabetização de mudanças conjunturais. Ao construir consenso social e político em torno da importância da leitura, a mobilização chilena cria condições para que políticas públicas mais estruturadas possam emergir e se consolidar.

Uma agenda com alto potencial de aprofundamento

O Chile já dispõe de elementos fundamentais para avançar: valorização histórica da aprendizagem, capacidade técnica instalada, sociedade civil articulada e um compromisso nacional que dá visibilidade e prioridade ao tema da alfabetização.

O desafio agora é transformar essa mobilização em instrumentos institucionais mais robustos, especialmente no campo da avaliação e do monitoramento da Alfabetização especificamente. Se conseguir avançar nessa direção, o país tem grande potencial para consolidar a alfabetização na idade certa como uma política pública consistente e sustentável.

O caso chileno mostra que a alfabetização pode ganhar centralidade mesmo em contextos sem grandes reformas nacionais explícitas, desde que exista articulação social, clareza de propósito e compromisso coletivo com a aprendizagem das crianças.



Capítulo 7 – Peru: uma agenda em formação

O Peru encontra-se em uma fase inicial, porém promissora, de reorganização de sua agenda de alfabetização. Diferentemente de países que já contam com políticas nacionais estruturadas, o caso peruano se caracteriza por um **processo gradual de construção**, no qual avaliações consolidadas, iniciativas territoriais emergentes e a mobilização inicial da sociedade civil começam a se alinhar em torno de um mesmo objetivo: garantir que as crianças aprendam a ler e escrever nos primeiros anos do ensino fundamental.

Esse movimento ocorre em um contexto institucional marcado por desafios históricos de coordenação, desigualdades territoriais significativas e limitações de capacidade em nível local. Ainda assim, há sinais claros de que a alfabetização começa a ganhar visibilidade e prioridade no debate educacional do país.

A ECE como ativo estratégico

Um dos principais ativos do Peru é a **Evaluación Censal de Estudiantes (ECE)**. Trata-se de uma das avaliações educacionais mais consolidadas da América Latina, com séries históricas consistentes e capacidade técnica instalada. No campo da leitura, a ECE oferece dados comparáveis que permitem compreender padrões de desempenho e desigualdades regionais.

Embora a ECE não tenha sido originalmente desenhada para medir especificamente a alfabetização ao final do 2º ano do ensino fundamental, ela representa uma base sólida para o monitoramento das aprendizagens iniciais. Em um contexto no qual muitos países ainda carecem de instrumentos de avaliação consistentes, esse é um diferencial relevante.

A existência de dados confiáveis cria condições favoráveis para o desenho de políticas mais estruturadas no futuro. Ela permite que o debate público se apoie em evidências e que decisões de política educacional sejam orientadas por diagnósticos mais precisos. O desafio é manter uma periodicidade coerente que, atualmente, parece estar mais consolidada para a avaliação do que é chamado 4o grado, etapa já um pouco tardia para monitorar a Alfabetização.





Iniciativas territoriais e construção de capacidades locais

Paralelamente à avaliação nacional, começam a surgir **iniciativas em nível territorial**, especialmente nas instâncias descentralizadas de gestão do sistema educacional público, como em UGELs (Unidad de Gestión Educativa Local) e DREs (Dirección Regional de Educación) que buscam fortalecer práticas pedagógicas nos primeiros anos.

Esses esforços incluem pilotos focados em leitura, programas de formação docente e experiências de acompanhamento mais próximas das escolas.

Ainda que essas iniciativas sejam, em grande parte, descentralizadas e de alcance limitado, elas desempenham um papel importante na construção de capacidades locais. Ao aproximar redes de ensino de instrumentos e metodologias voltadas à alfabetização inicial, esses projetos ajudam a criar uma base técnica que pode ser ampliada e articulada no futuro.

O papel emergente da sociedade civil

Outro elemento relevante da agenda peruana é a **mobilização crescente da sociedade civil**. Organizações começam a se articular para apoiar governos locais, produzir diagnósticos e difundir práticas baseadas em evidências. No tema da incidência, a criação da rede **Leer no Basta** parece ser um impulso importante para o fortalecimento do tema da Alfabetização na idade certa como central.

Essa articulação ainda está em estágio inicial, mas tem potencial para se tornar um catalisador importante da agenda. Experiências de outros países da região mostram que a atuação coordenada da sociedade civil — combinando apoio à implementação e incidência pública — pode acelerar significativamente o avanço das políticas de alfabetização.

No caso peruano, essa atuação é particularmente relevante diante das limitações de capacidade em muitos territórios. O apoio técnico externo pode ajudar a reduzir desigualdades regionais e a fortalecer a execução das políticas educacionais.

Uma agenda em fase inicial, mas com sinais positivos

Apesar dos avanços recentes, o Peru ainda precisa enfrentar desafios importantes para consolidar a alfabetização na idade certa como política pública. O país carece de uma **política nacional explícita de alfabetização**, de critérios claros sobre o que significa estar alfabetizado e de metas nacionais que orientem estados e municípios.

No entanto, a combinação entre uma avaliação robusta, iniciativas territoriais emergentes, distribuição de materiais de leitura por meio de programas nacionais e uma sociedade civil em processo de articulação indica que o país avança na direção correta.

A agenda peruana ainda está em construção. Seu sucesso dependerá da capacidade de transformar esses elementos dispersos em uma estratégia mais integrada, com maior coordenação nacional, fortalecimento dos territórios e continuidade ao longo do tempo.

O caso do Peru ilustra bem um estágio inicial da mobilização latino-americana em torno da alfabetização. Ele mostra que, mesmo antes da consolidação de políticas nacionais, é possível observar sinais claros de movimento, aprendizado e potencial de crescimento nos próximos anos.





Capítulo 8 – Colômbia: reorganização institucional e força territorial

A Colômbia encontra-se em um estágio intermediário e particularmente interessante da agenda de alfabetização na América Latina. Após anos marcados por iniciativas dispersas e baixa coordenação nacional, o país começou a **reorganizar institucionalmente** o tema da linguagem e da alfabetização inicial, ao mesmo tempo em que fortalece capacidades em nível territorial e amplia o papel da sociedade civil.

Esse movimento não parte de uma política nacional de alfabetização plenamente estruturada, como no caso brasileiro, nem se limita a iniciativas isoladas. Trata-se de um processo de **construção de bases**, no qual instrumentos institucionais, avaliações, redes territoriais e articulação social começam a convergir.

O Plan Nacional de Lectura como marco organizador

Um dos principais marcos recentes é a consolidação do **Plan Nacional de Lectura, Escritura, Oralidad y Bibliotecas** como política de Estado. Embora o plano tenha escopo amplo e vá além da alfabetização inicial, ele recoloca a linguagem no centro da agenda educacional colombiana e cria um ambiente institucional mais favorável para o fortalecimento da alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental.

A importância desse plano reside menos em suas ações específicas e mais em seu papel organizador. Ele oferece um **marco nacional de referência**, capaz de alinhar iniciativas, orientar investimentos e legitimar o foco na leitura e na escrita como prioridades educacionais.

Avaliação e construção de capacidade técnica

No campo da avaliação, a Colômbia conta com o **SABER 3º grado**, uma avaliação periódica que, embora não tenha sido desenhada especificamente para medir a alfabetização ao final do 2º ano, fornece informações relevantes sobre a aprendizagem leitora nos primeiros anos. A existência desse instrumento representa uma base importante para o monitoramento das políticas educacionais.

Tomando por base avanços em outros países, ter uma avaliação consistente e comparável entre territórios e no tempo, tem se mostrado condição importante para avanços mais transformadores.



Territórios como espaço central da implementação

O movimento colombiano tem um diferencial valioso: a presença da rede **Colômbia se Escreve Leyendo**, que implementa projetos em instituições educativas, apoia territórios e contribui para o fortalecimento das práticas pedagógicas nos anos iniciais.

Essa rede tem ampliado formações, produzido materiais, acompanhado escolas e construído evidências locais, elementos essenciais para transformar diretrizes nacionais em resultados concretos.

Incidência pública e visibilidade da agenda

Além do apoio à implementação, começam a surgir iniciativas de **incidência pública e reconhecimento**, que reforçam a relevância do tema da alfabetização. Um exemplo é o reconhecimento público a experiências territoriais, realizado em espaços de grande visibilidade, como a Feira Internacional do Livro, com apoio da UNESCO.

Essas ações ajudam a elevar o status da alfabetização no debate educacional colombiano, ampliando sua legitimidade política e social.

Em um contexto de múltiplas prioridades, dar visibilidade aos avanços e reconhecer boas práticas é fundamental para sustentar a agenda ao longo do tempo.

Uma agenda em consolidação

Apesar dos avanços, a Colômbia ainda enfrenta desafios importantes. O país precisa avançar na definição de **metas nacionais claras**, de critérios explícitos sobre o que significa estar alfabetizado e de um sistema de incentivos mais estruturado.

Ainda assim, os sinais são consistentes. Há um marco institucional em fortalecimento, instrumentos de avaliação em desenvolvimento, territórios engajados e uma sociedade civil ativa e articulada.

O caso colombiano ilustra um estágio de **consolidação progressiva** da agenda de alfabetização. Não se trata de um modelo acabado, mas de um processo em curso, com bases cada vez mais sólidas. Se conseguir articular esses elementos em uma estratégia nacional mais clara, a Colômbia tem potencial para dar um salto qualitativo nos próximos anos e se juntar ao grupo de países que tratam a alfabetização na idade certa como prioridade estratégica de Estado.





Capítulo 9 – Um quadro de referência para a agenda de alfabetização

Ao longo dos capítulos anteriores, analisamos trajetórias nacionais distintas — algumas mais maduras, outras em estágio inicial — mas que apontam para uma mesma direção: a alfabetização na idade certa começa a ser tratada como prioridade estratégica em vários países da América Latina.

Para organizar essa leitura comparada, é útil explicitar um **quadro de referência**: um conjunto de elementos que, quando presentes (e combinados), aumentam significativamente a probabilidade de um país conseguir enfrentar o desafio da alfabetização de forma consistente e sustentável. Esses elementos não são uma “receita única” — cada país tem sua história institucional e seus caminhos próprios —, mas funcionam como um mapa para entender onde há bases sólidas, onde há lacunas e onde a agenda tende a ganhar força nos próximos anos.

Elementos						
1. Política pública nacional institucionalizada						
2. Avaliação nacional ou de um grupo relevante de estados, comparável e periódica		*				
3. Critério que define criança alfabetizada, com indicador correspondente						
4. Metas de melhoria do indicador para as entidades subnacionais						
5. Implementação de políticas subnacionais consistentes em um número relevante de estados						
6. Resultados (mensurados pelo indicador) com melhoras em dois anos consecutivos						
7. Outros indicadores intermediários apontando indícios de evolução						
8. Incentivos e reconhecimentos						
9. Sociedade civil articulada e atuante no apoio ao desenho e à implementação das políticas e programas subnacionais					**	**
10. Sociedade civil articulada e atuante na realização de incidência					**	
11. Alfabetização entre os temas mais importantes da educação básica do país						

* A avaliação ainda não teve um segundo ciclo, então, apesar da intenção declarada, a periodicidade comparável ainda não é garantida

** Em desenvolvimento

CONCLUSÃO – Um divisor de águas para a América Latina

O principal desafio agora é a continuidade. Transformar a alfabetização em política irreversível exige protegê-la de oscilações políticas, garantir financiamento estável e manter uma sociedade civil capaz de sustentar a prioridade ao longo do tempo.

Resolver o desafio da alfabetização na idade certa não é apenas corrigir uma falha escolar. É liberar um potencial de desenvolvimento que permanece represado em nossos países.

A América Latina vive hoje uma janela rara de oportunidade. Aproveitá-la — ou desperdiçá-la — definirá em grande medida o futuro educacional, social e econômico da região.

